



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

PARECER DO CONTROLE INTERNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO	INEXIGIBILIDADE N° 37/2025
CONTRATO	408/2025
CONTRATANTE	Prefeitura Municipal de Placas/PA
CONTRATADA	PARA 2000
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DO ESTANDE N° 114 COM ÁREA TOTAL DE 16M², E ESTRUTURA EXPOSITIVA DESTINADA À PARTICIPAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PLACAS/PA NO EVENTO “PAVILHÃO PARÁ, MUNICÍPIOS NA COP30”, QUE OCORRERÁ ENTRE OS DIAS 17 À 21 NOVEMBRO DE 2025, EM BELÉM/PA.
VIGÊNCIA	31/10/2025 a 01/11/2025
VALOR GLOBAL	R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

I - INTRODUÇÃO

Trata-se da análise do presente contrato administrativo firmado entre o Município de Placas/PA, por intermédio da Prefeitura Municipal de Placas/PA, e a empresa acima identificada, com a finalidade de verificar a regularidade formal e material do instrumento contratual, observando o cumprimento das exigências legais previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas normas complementares do Município.

II - DA ANÁLISE DOS ATOS SUBSEQUENTES DO PROCESSO:

Após exame dos autos, constatou-se que o processo encontra-se devidamente instruído com os documentos essenciais à formalização contratual, dentre os quais:

1. Parecer do controle interno de aptidão para contratação, sem ressalva;
2. Contrato n° 408/2025, assinado pelas partes;
3. Portaria nº198/2025 designando o fiscal de contrato o servidor MARLON RODRIGUES SILVA CPF 998.XXX.392-15 como titular e SAYMON KENNEDY MIRANDA DA SILVA CPF 547.XXXX292-00, como suplente;
4. Publicação no PNCP no dia 10/11/2025;

III-DA ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO:

Os contratos foram firmados nos seguintes termos: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS CNPJ N°01.611.858/0001-55 CONTRATADO: PARA 2000 CNPJ 3.584.058/0001-18, contém as cláusulas obrigatórias e possui as exigências mínimas da lei 14.133 de 2021;

IV- CONCLUSÃO



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

Diante do exposto, o Setor de Controle Interno manifesta-se favorável à continuidade da execução contratual, por estar o processo regularmente instruído, atendendo aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, em especial à Lei Federal nº 14.133/2021.

Recomenda-se, contudo, a observância dos prazos contratuais, o acompanhamento da execução pelo fiscal designado e o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, com o devido registro no sistema de acompanhamento e transparência pública.

É o nosso parecer salvo melhor entendimento. À elevada apreciação superior.

11 de Novembro de 2025, Placas - Pará.

Rafael Bianor Del Vecchio Paiva
Controle interno - Decreto nº084/2025